



ME - Orçamento 2014

Apresentação AR

Novembro 2013

A. Visão global 2013-2014

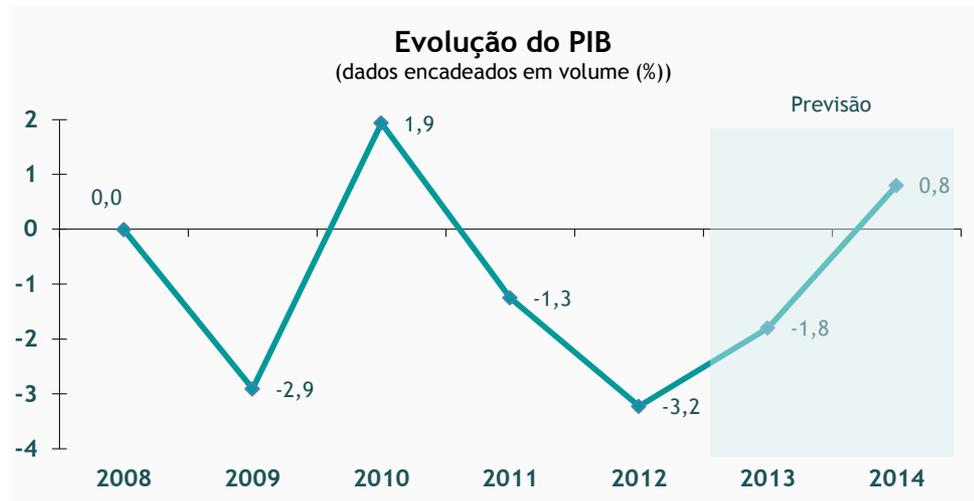
1. OE 2013 - Contributo para o relançamento da economia
2. OE 2014 - Consolidar os sinais de crescimento económico

B. Medidas estratégicas 2014

1. Internacionalização da Economia, Investimento e I&D
2. Financiamento
3. Competitividade Fiscal
4. Infraestruturas, Transportes e Comunicações
5. Turismo
6. Estabilização da procura interna
7. Consolidação Orçamental

A. Visão global 2013-2014

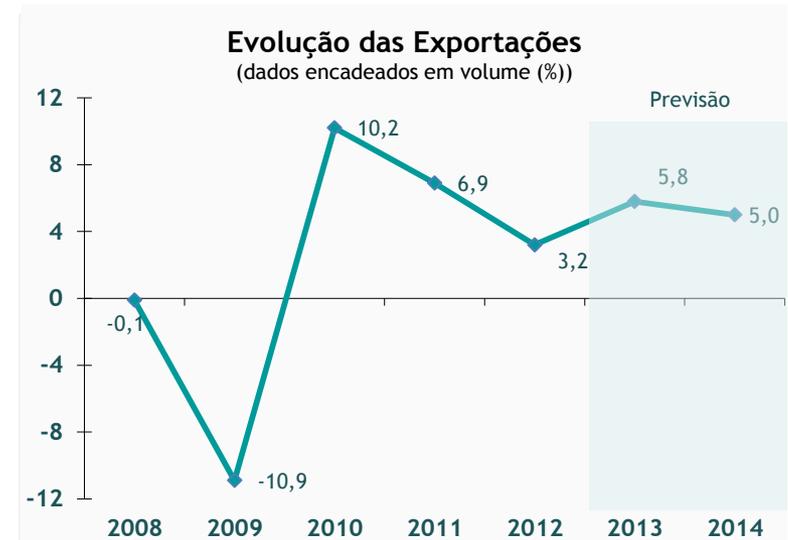
Dados Macroeconómicos



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Anuais do INE(2008-2012); Relatório do OE 2014 do MF (2013-2014).



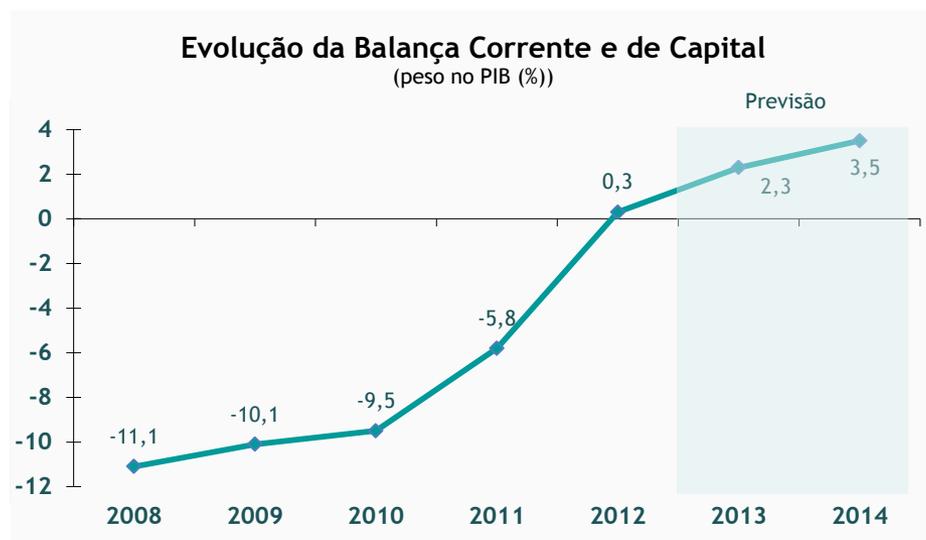
Fonte: GEE, com base nos dados das Contas Nacionais Anuais do INE (2008-2012); Relatório do OE 2014 do MF (2013-2014)



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Anuais do INE(2008-2012); Relatório do OE 2014 do MF (2013-2014).

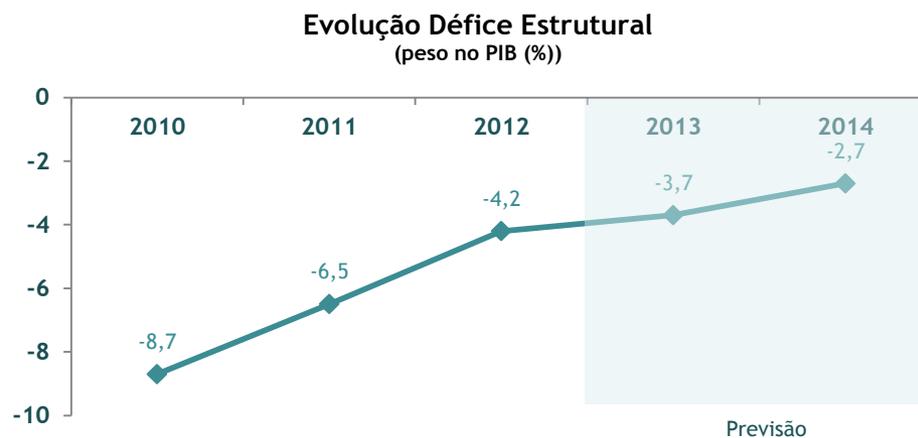
A. Visão global 2013-2014

Dados Macroeconómicos



Fonte: Eurostat, Capital plus current account in % of GDP - annual data (2008-2012); Relatório do OE 2014 do MF (2013-2014)

Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Anuais do INE; Banco de Portugal



Fonte: Ministério das Finanças

A. Visão global 2013-2014

Dados Macroeconómicos

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB e componentes da despesa (volume, variação percentual em relação ao ano anterior)						
Consumo privado	-5,4	-2,5	0,1	0,7	0,9	1,0
Consumo publico	-4,7	-4,0	-2,8	-2,2	-2,0	-0,9
Formação Bruta de Capital Fixo	-14,3	-8,5	1,2	3,7	4,0	4,3
Exportações	3,2	5,8	5,0	5,3	5,5	5,5
Importações	-6,6	0,8	2,5	3,8	4,4	4,6
PIB	-3,2	-1,8	0,8	1,5	1,7	1,8
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)						
Procura Doméstica	-6,9	-3,7	-0,3	0,7	0,9	1,2
Exportações Líquidas	3,8	1,9	1,1	0,8	0,7	0,6
Deflacionadores						
IHPC	2,8	0,6	1,0	1,2	1,5	1,5
Mercado de Trabalho						
Taxa de desemprego (%)	15,7	17,4	17,7	17,3	16,8	16,2
Taxa de Crescimento de Emprego (%)	-4,2	-3,9	-0,5	0,4	0,6	0,6

- *Nota do Ministério da Economia: A evolução recente da economia e da criação do emprego antecipa a possibilidade de estes valores poderem ser revistas, num sentido favorável, ao nível da taxa de desemprego, tal como se verificou na descida registada no 3T 2013 que se situou nos 15,6%.*

OE 2013

Financiamento e Recapitalização das empresas

- Implementámos a Linha PME Crescimento 2013, com Garantia Mútua, sendo esta um elemento essencial ao reforço das fontes de financiamento em capitais permanentes com uma dotação de 2.000 M€, tendo já sido executados 1,2 M€ (60%), outubro 2013;
- Operacionalização dos Fundos de Recapitalização, no montante global de 500 M€, que permite às empresas o reforço dos seus capitais próprios;
- Renovámos o alargamento de prazo das Linhas de Crédito PME Investe, com 10.857 operações aprovadas, correspondendo a 571 M€ de carência de capital, para mais de 10.000 PME;
- Prossequimos a reforma do sector de capital de risco público com o lançamento dos Fundos Revitalizar que dispõe de 220 M€ de liquidez para investir na capitalização de PME, que se juntam à revisão do Código de Insolvências e Revitalização de Empresas (CIRE) e ao novo Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), ambos em vigor desde 2012;
- Lançámos uma linha de crédito de apoio às empresas do sector do comércio, financiada através do Fundo de Modernização do Comércio, com uma dotação de 50 M€;
- Lançámos uma linha de apoio à tesouraria para as empresas do sector do Turismo, que lhes permite antecipar recebimentos a prazo que detenham sobre terceiros;
- Criámos uma linha de apoio à Consolidação Financeira para as empresas do sector do Turismo, com o objetivo de as apoiar no alargamento dos prazos de reembolso de serviços de dívida anteriormente contraídas junto do Sistema Bancário, e que cobrirá operações com um valor global máximo de 150 M€;
- Continuámos a aposta na inovação, empreendedorismo e internacionalização de *start-ups* através do Programa de Ignição da Portugal Ventures.

Investimento

- Criámos a Reunião de Coordenação dos Assuntos Económicos e Investimento (RCAEI) no sentido de ser dado um contributo determinante para melhorar a eficácia e a celeridade na concretização de investimentos, previstos ou já em curso;
- Foi estabelecida a Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) com o objetivo de acompanhar os projetos PIN, bem como os projetos de investimento acima de 25 M€ e criação de mais de 50 postos de trabalho, e ainda os projetos que aguardam uma decisão por parte da Administração Pública há mais de 12 meses.

Reformas e Redução de Custos de Contexto

- Implementámos a reforma global nos procedimentos de licenciamento na área da indústria, designadamente no âmbito da revisão de regimes conexos, disponibilização dos procedimentos previstos no Programa da Indústria Responsável (PIR), no Balcão do Empreendedor e aprovação de diplomas para a respetiva regulamentação;
- Implementámos o “Licenciamento Zero”, que visa o combate à burocracia, simplificando as formalidades necessárias à instalação e modificação de estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e de armazenagem;
- Implementámos a Diretiva Prazos de Pagamentos como medida de combate à morosidade de pagamento das dívidas comerciais, na qual são definidos prazos de pagamento para contratos celebrados entre empresas e entidades públicas, e contratos entre empresas;
- Em 2013 entrou em vigor o novo regime de trabalho portuário que prevê a redução de 25% a 30% dos custos deste sector, ao serviço das empresas exportadoras, bem como uma redução das taxas portuárias “TUP Carga” em 80%;
- Concluímos a privatização da ANA e, previsivelmente, dos CTT ainda em 2013;
- Introduzimos o regime de “IVA de Caixa” para as microempresas.

Consolidação Orçamental

- Redução dos encargos com as PPP rodoviárias em cerca de 273 M€, sendo expectável atingir o objetivo de redução de 300 M€, até final de 2013. Representam 2.500 M€ de poupanças acumuladas para a EP até ao término das concessões em termos nominais, 1.500 M€ a valores atualizados.
- Poupança adicional de 100M€ através da recalendarização de investimentos .

A. Visão global 2013-2014

2. OE 2014 - Consolidar os sinais de crescimento económico



OE 2014

1

Internacionalização da Economia, Investimento e I&D

- Estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego 2014-2020;
- Criação da RCAEI e da CPAI
- Seguros de Crédito à Exportação;

3

Competitividade Fiscal

Reforma do IRC:

- Redução faseada da taxa IRC;
- Regime de dedução dos lucros retidos e reinvestidos;
- “Participation Exemption”
- Regime simplificado para PME

2

Financiamento

- Instituição Financeira de Desenvolvimento;
- Novo Quadro Comunitário 2014-2020;
- Linha de Crédito PME, 2.000 M€;

4

Infraestruturas, Transportes e Comunicações

- Renegociação dos contratos de concessão e subconcessão;
- Consolidação da reestruturação operacional do SEE na área dos transportes;
- Alteração do Modelo Regulatório do sector rodoviário;

5

Turismo

- Desburocratização da atividade turística e Inovação;
- Definição e implementação do novo modelo de promoção turística;
- Revisão do Modelo de Organização das Escolas de Hotelaria e Turismo;
- Regulamentação do Jogo On-line em Portugal;

6

Estabilização da procura interna

- Consolidação dos indicadores de confiança dos agentes económicos e dos consumidores;
- Constituição da Comissão de Revisão do IRS;
- Promoção de sectores com elevada componente nacional;

7

Consolidação Orçamental

- Redução da despesa em Receitas Gerais face a 2013 de 8%, e de 49% face a 2011;
- Redução das Indemnizações Compensatórias atribuídas ao Sector Empresarial do Estado na área dos transportes;
- Renegociação dos contratos de concessão e subconcessão;

Atuação Transversal

B. Medidas estratégicas 2014

1. Internacionalização da Economia, Investimento, I&D

O crescimento económico português deverá assentar num tecido empresarial consolidado, que tenha a visibilidade e o reconhecimento internacional, enquanto produtor de bens e serviços diferenciados e de elevada qualidade, permitindo às empresas portuguesas uma presença internacional competitiva.

Estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego 2014-2020

- A Estratégia visa um crescimento sustentável da economia assente em 9 eixos de atuação fundamentais:
 - Consolidação e Revitalização do Tecido Empresarial, no qual será dada prioridade à recuperação, consolidação e recapitalização de empresas através da facilitação de operações de fusão e aquisição. A indústria nacional será dinamizada, elevando o peso da indústria transformadora na economia para 15,4% em 2015, prevendo-se que atinja os 18% em 2020;
 - Estabilização da Procura Interna, promovendo sectores com elevada componente nacional na sua produção, nesse sentido será reforçado o programa “Portugal Sou Eu”, que abrange já 1.276 produtos, estruturando assim novas oportunidades de emprego, aumentando para 75% a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos, em 2020;
 - Qualificação e Formação Profissional, reforçando a aprendizagem dual e o ensino profissional de forma a atingir cerca de 160 mil alunos;
 - Financiamento, potenciando a capacidade das empresas terem acesso a crédito;
 - Promoção do Investimento através da redução de custos de contexto, continuando o combate à burocracia, desmaterializando processos e melhorando a competitividade dos fatores produtivos, entre os quais os custos energéticos com o objetivo de posicionar a economia portuguesa no Top-5 no ranking Doing Business do Banco Mundial para países da Europa, em 2020;
 - Aumento da Competitividade Fiscal com a reforma abrangente do IRC que levará, já em 2014, a uma redução progressiva das taxas e aumento da base tributável;
 - Internacionalização, reforçando a estratégia de diplomacia económica e promoção de uma imagem de qualidade da produção nacional no exterior, bem como orientar o crescimento das empresas para os mercados externos, aumentando para 45% o peso das exportações no PIB em 2015, e situando-se nos 52% em 2020;
 - Inovação, Empreendedorismo e I&D, fomentando o investimento nestes projetos e uma maior aposta na formação ao nível do ensino, por forma a atingir o valor de 2,7% do PIB, em 2020;
 - Aposta na melhoria das Infraestruturas Logísticas, com um papel fundamental na promoção da atividade exportadora e reforço da competitividade da produção nacional.
 - Regime especial de IRS para expatriados;

Seguros de crédito à exportação

- Os Seguros de crédito são instrumentos fundamentais para fomentar as exportações, assim, em 2014, serão alvo de uma maior simplificação e agilidade nos procedimentos de aprovação.

Comissão Permanente de Apoio ao Investidor

- Aprovado diploma que cria a estrutura interministerial encarregue da definição e coordenação da política económica e do investimento do Governo (RCAEI) e a Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI);
- Identificação no âmbito da RCAEI, designadamente, dos principais entraves e custos de contexto dos procedimento de aprovação de projetos de investimento e proposta ao Conselho de Ministros para elaboração e ou revisão da legislação;
- Acompanhamento dos projetos de investimento i) sem limite mínimo de valor; ii) projetos que aguardam uma decisão por parte da Administração Pública há mais de 12 meses; e iii) projetos PIN para investimento acima de 25 milhões de euros;
- Promoção da abordagem integrada, eficaz e célere, dos processos administrativos referentes a investimentos privados.

Reestruturação dos polos de competitividade

- Tornar os Polos instrumentos efetivos que conduzam ao investimento em sectores transacionáveis, à criação de emprego qualificado, ao reforço da competitividade interna e externa das empresas e ao crescimento económico;
- Constituir uma rede de cooperação entre atores relevantes de cada área económica, agregando empresas, os sistemas científico e tecnológico, de educação e formação, financeiro e associações, que partilham uma visão estratégica no âmbito das cadeias de valor orientada para o mercado.

Reforço dos Instrumentos de atração de Investimento

- *Roadshow* internacional de captação de investimento estrangeiro, com a participação da AICEP, dando a conhecer as oportunidades de investimento em Portugal nos principais parceiros comerciais europeus - Londres, Madrid, Paris e Berlim - e também na Rússia (Moscou) e nos EUA, com Nova Iorque e Washington na agenda;
- Dar a conhecer aos investidores estrangeiros que Portugal está na reta final do cumprimento do programa de ajustamento e tem dado sinais objetivos de recuperação económica, sendo hoje um país mais competitivo e atrativo para o investimento, onde existem oportunidades de negócios concretas e com potencial, nomeadamente em diversos sectores da nossa economia, onde existem falhas diagnosticadas nas respetivas cadeias de valor.

Programa da Indústria Responsável (PIR)

- Prossecução da reforma global dos procedimentos de licenciamento aplicáveis na área da indústria (ambiente, segurança, higiene e saúde públicas, urbanização e edificação) com uma visão objetiva do enquadramento legal aplicável a todos os processos inerentes à localização, instalação e exploração da atividade industrial, de forma eficiente e corretamente implantada no território. São exemplo disso a Revisão do regime jurídico de Avaliação de Impacto Ambiental e a Revisão do Sistema Integrado de Licenciamentos do Ambiente;
- Revisão do PIR com vista a reforçar os mecanismos de controlo *a posteriori*, remover constrangimentos relativos aos estabelecimentos industriais de tipo 3, e clarificar alguns aspetos procedimentais;
- Implementação de melhorias quanto à integração dos procedimentos previstos no PIR no âmbito do Balcão do Empreendedor.

Inovação e Empreendedorismo

- Fomentar o investimento em I&D com aplicabilidade comercial criando condições para a afirmação do empreendedorismo em Portugal;
- Orientar o Investimento Público e Incentivos ao Investimento Privado em I&D para o crescimento económico, melhorando também as condições de entrada de capital;
- Integrar as competências de empreendedorismo nos programas de ensino da escolaridade obrigatória;
- Reforçar a cooperação entre as empresas e entidades do SCT através do estímulo à valorização económica do conhecimento e reforço das parcerias internacionais para a Investigação Aplicada;
- Vocacionar a Portugal Ventures para o apoio ao investimento em segmentos onde haja falhas de mercado

Criação / reestruturação de entidade dedicada ao fortalecimento da colaboração entre as empresas e o SCTN

- Atividade conjunta entre o Ministério da Economia e o Ministério da Educação e Ciência;
- Portugal não pode negligenciar o seu potencial de inovação através de uma maior e melhor articulação entre as empresas e as instituições do SCTN, direcionando o seu investimento em I&DT para projetos determinados pela procura e que se traduzam em aplicações com valor económico;
- O próximo programa quadro, o Horizonte 2020, privilegia o apoio a projetos de I&D com componente empresarial, acentuando a necessidade de melhorar a articulação Ciência-Economia, seja ao nível das políticas e seus instrumentos;
- Neste quadro assume particular relevância a existência de uma plataforma que corporize a opção por um crescente alinhamento, e operacionalize, as políticas prosseguidas pelo governo nas áreas da Ciência e da Economia;
- A entidade a estruturar será posicionada estrategicamente, dotando-a de um modelo de governação que lhe permita assumir uma posição central na governação da relação ciência-economia, e de absoluta paridade ao nível dos organismos que intermediam a ação governativa nestas duas áreas.

Smart Specialisation

- A Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente para 2014-2020 pretende ser um contributo para dois objetivos temáticos da Europa 2020: reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, e melhorar o acesso a e a utilização de qualidade das TIC;
- A Estratégia Nacional de Especialização Inteligente permitirá direcionar o investimento em I&D e inovação para projetos de grande aplicabilidade comercial e determinados pela procura, melhorar o processo de decisão e a elaboração de políticas baseadas em resultados;
- Os principais eixos desta estratégia serão definidos com base no trabalho em curso, que envolve as entidades com competência no domínio da Investigação e Desenvolvimento e Inovação, o qual constitui uma condicionalidade ex-ante da programação 2014-2020.

Agenda Digital

- Portugal pretende aproveitar todos os benefícios das TIC e electrónica e da economia digital. A Agenda Portugal Digital tem, assim, como objetivo fomentar o desenvolvimento e a utilização da economia digital pelos cidadãos, pelas empresas e pelo Estado;
- A Agenda deixa de estar centrada apenas na ação do Governo e da Administração Pública, passando a ter também um forte envolvimento e participação da sociedade civil e do setor privado;
- O alinhamento das suas áreas de intervenção com as áreas da Agenda Digital para a Europa, criando um enquadramento mais favorável à atividade das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), dando, assim, cumprimento às orientações subscritas por Portugal no âmbito do Small Business Act (SBA) para a Europa;
- Lançada em 2013, a Agenda é coordenada e monitorizada por uma Comissão Interministerial criada para o efeito e que é por sua vez coordenada pelo membro do Governo responsável pela área da inovação.
- Em 2014 será dada sequência à monitorização da implementação das diversas medidas previstas na Agenda, sendo prioridade deste Ministério assegurar a disponibilidade de financiamento no âmbito do programa Portugal 2020.

B. Medidas estratégicas 2014

2. Financiamento

As empresas portuguesas deverão ter uma maior capacidade e facilidade de acesso a crédito, bem como outras fontes de financiamento, por forma a alavancar os seus capitais próprios e a garantir a sustentabilidade dos seus negócios.

Instituição Financeira de Desenvolvimento - IFD

- Criação de uma nova instituição financeira pública vocacionada para as PME's, com o objetivo de promover a recapitalização e o financiamento das empresas com as seguintes missões fundamentais:
 - Concretização das políticas públicas de promoção do crescimento e emprego, visando o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo;
 - Desempenho das funções de gestão “grossista” de instrumentos financeiros públicos de estímulo, incentivo e orientação do investimento empresarial em bens e serviços transacionáveis;
 - Exercício de funções de apoio técnico sobre modelos de financiamento público na promoção da competitividade e da internacionalização.

Novo Quadro Comunitário 2014 - 2020

- Maior apoio ao investimento em Produtos Transacionáveis , privilegiando o apoio à competitividade, I&D e internacionalização das empresas numa lógica de polo/cluster, e à transferência de conhecimento para as empresas, pelo lado da procura empresarial;
- Maximizar a eficiência no uso de recursos dirigidos às empresas que representam 42% dos 21,2 mil milhões de euros da dotação do Portugal 2020;
- Simplificação e desburocratização dos sistemas de incentivos;
- Potenciar o apoio à inclusão social e emprego, capital humano e sustentabilidade;

Linha de crédito PME

- Criação de uma nova Linha de crédito para PME no montante de 2.000 M€, à semelhança da Linha PME Crescimento 2013;
- Linha de crédito direcionada para o financiamento de curto prazo de PME (fundo de maneo e apoio à atividade exportadora) ou para financiamento de médio prazo.

Reforço dos capitais próprios das empresas

- Operacionalização dos Fundos de Recapitalização, no montante global de 500 M€, dotados pelo Estado e pelos bancos alvos do processo de recapitalização da banca.
- Pleno funcionamento do programa Revitalizar

Reforma da emissão de papel comercial

- Facilitar a emissão de papel comercial por PME;
- Promover formas alternativas de financiamento para PME;
- Alargar a base de financiadores nacionais e internacionais.

Linha de financiamento de *Business Angels*

- Criação de uma nova linha de financiamento de *Business Angels* no montante de 10 M€ complementar à linha em funcionamento;
- Estimulo à criação de empresas e realização de projetos inovadores em fases iniciais do seu ciclo de vida.

Reforço do Apoio ao Empreendedorismo no Turismo

- Desenvolvimento de um Programa de Apoio ao Empreendedorismo no Turismo, em parceria com a Federação Nacional das Associação de *Business Angels* e com o mercado financeiro, que fomente o surgimento de novas empresas no sector, gerando riqueza e dinamizando a criação de postos de trabalho, sobretudo jovens (ex.: animação turística).

Linhas de Crédito às PME turísticas

- Potenciação das Linhas de Apoio à Qualificação da Oferta, de Apoio à Tesouraria e de Apoio à Consolidação Financeira, em parceria com o mercado financeiro e SPGM - Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua;
- Reforço do Fundo da Iniciativa Jessica, um instrumento inovador com intervenção em projetos de reabilitação urbana, designadamente em centros urbanos e históricos, com relevância turística.

B. Medidas estratégicas 2014

3. Competitividade Fiscal



Em 2014 entrará em vigor uma Reforma profunda e abrangente do IRC, tendo o objetivo de adotar um sistema fiscal mais competitivo no panorama internacional.

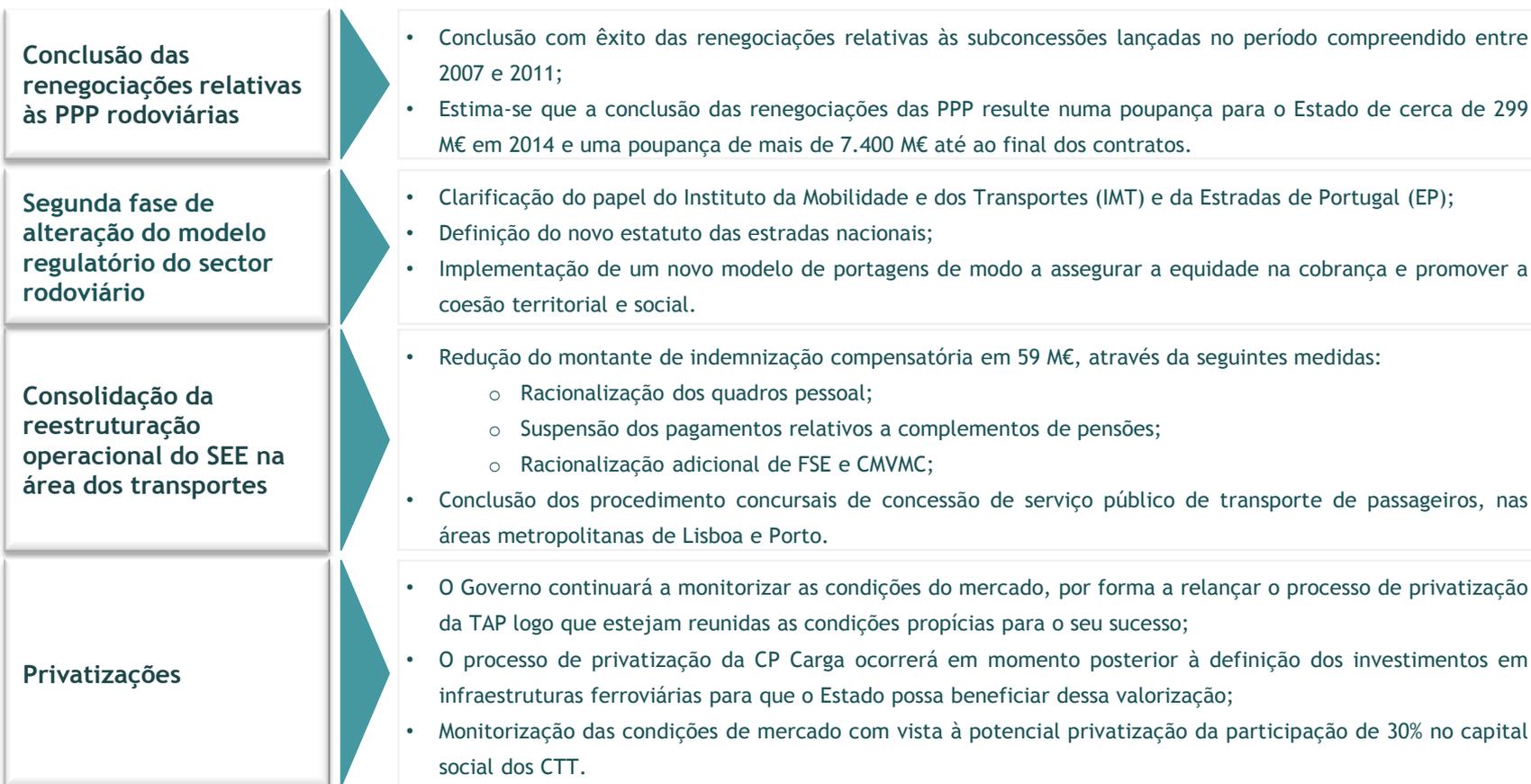
Reforma do IRC

- Redução de 2 p.p. na taxa nominal do IRC, passando de 25% para 23%, já a partir de 1 de janeiro 2014, e com o objetivo de que se venha a fixar num intervalo entre 17% e 19% em 2018;
- Criação de um regime de dedução dos lucros retidos e reinvestidos, de molde a estimular o autofinanciamento do investimento empresarial e a fomentar o reinvestimento em PT, em detrimento da distribuição de dividendos;
- Criação de um regime simplificado para empresas com VN de 200 mil euros/ano e total de balanço não superior a € 500 000, abrangendo, potencialmente mais de 300 mil empresas (o que corresponde a 70% do tecido empresarial) e por equiparação 160 mil empresários em nome individual;
- Alargamento do reporte de prejuízos fiscais de 5 para 12 anos;
- Novo regime de *participation exemption*, que elimina a dupla tributação de dividendos, reservas e mais-valias;
- Introdução de alterações no regime de obrigações declarativas existente em sede de tributação de empresas, através de soluções que reforçam a segurança e confiança dos investidores e promovem a atração e fixação de investimento nacional e estrangeiro, reduzindo simultaneamente os custos de contexto;
- Reestruturação da política fiscal internacional do Estado Português, privilegiando o reposicionamento de Portugal como país exportador de capitais, designadamente em mercados internacionais considerados prioritários para o investimento português.

B. Medidas estratégicas 2014

4. Infraestruturas, Transportes e Comunicações

O Governo continuará em 2014 o trabalho de consolidação da reestruturação operacional das empresas de transporte, bem como das poupanças com as PPP rodoviárias.



Comunicações Eletrónicas

- Será dado seguimento à execução dos contratos para prestação do serviço universal pelos novos prestadores designados;
- Fomento do desenvolvimento e utilização das redes de nova geração no âmbito da Agenda Portugal Digital;
- Continuação da execução dos contratos de nova geração no território nacional, potenciando o acesso e utilização da banda larga de alta velocidade por todos os cidadãos.

Transposição de diretivas comunitárias

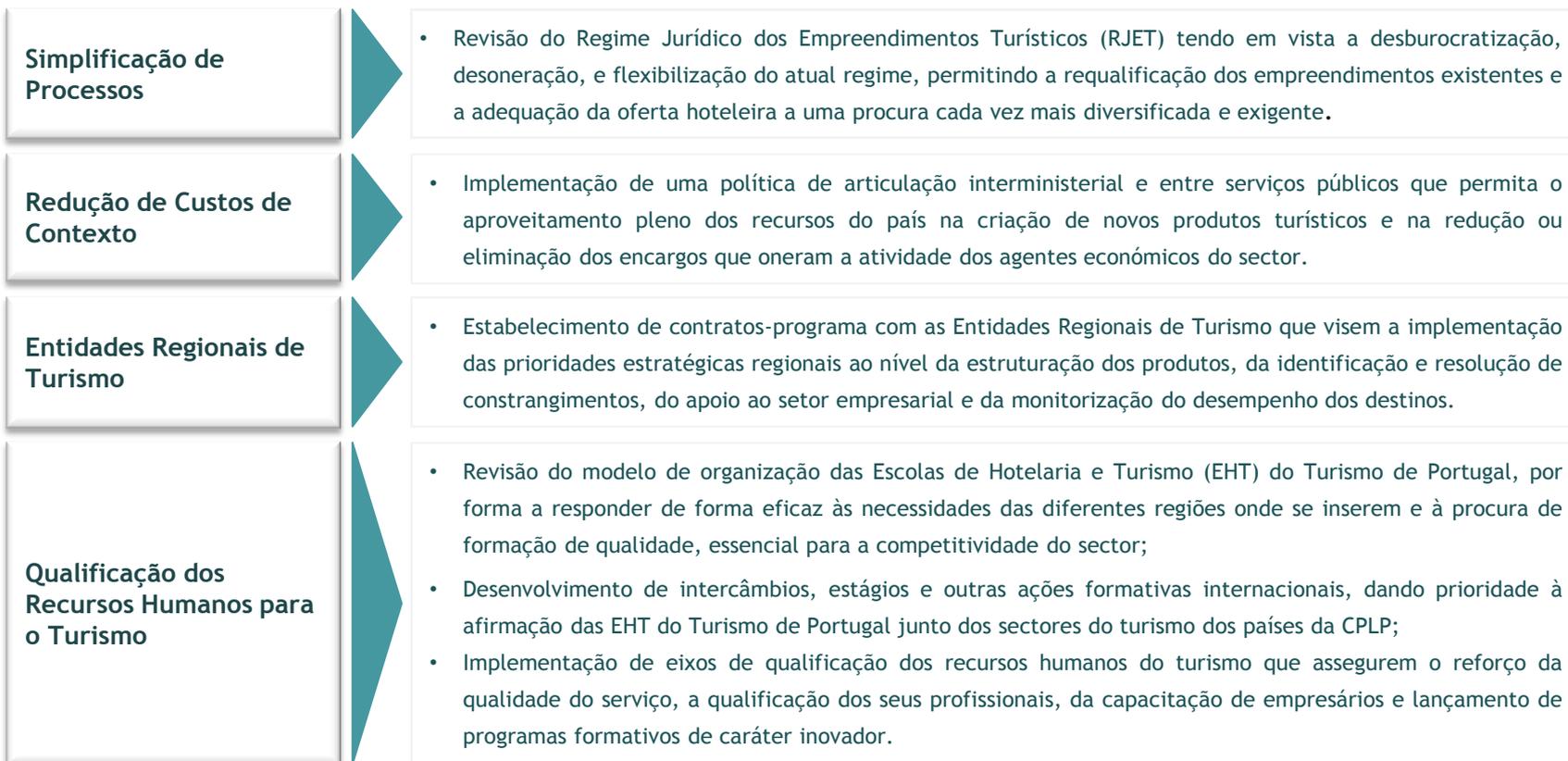
- Ao longo dos 2 últimos anos foi efetuado um esforço significativo na recuperação de processos de transposição de diretivas em atraso, passando de 4 processos em contencioso e pré-contencioso para apenas 1 processo.
- No próximo ano, o Governo continuará a pugnar pelo cumprimento das suas obrigações legislativas no seio da União Europeia.

B. Medidas estratégicas 2014

5. Turismo



A principal prioridade do Governo, com vista a assegurar a competitividade do setor do Turismo, passa pela desburocratização e inovação bem como pelo apoio ao financiamento das empresas do sector, aliado sempre à qualificação da oferta e promoção.



Estruturação de Produtos Turísticos

- Desenvolvimento de planos de ação de base intersectorial (agricultura e mar, cultura, ambiente, etc.), orientados para responder a novos desafios da procura, nomeadamente no âmbito do Turismo Residencial, dos circuitos culturais e religiosos, da experiência turística em meio rural, da gastronomia e produtos locais, e do contacto e atividades na natureza.

Reestruturação das Participações Financeiras do Turismo de Portugal

- Revisão das participações do Turismo de Portugal na Enatur, Turismo Fundos e outras, no contexto das políticas do setor, tendo em vista o seu alinhamento com o redireccionamento dos recursos públicos para o processo de transformação estrutural do turismo nacional.

Regulamentação do Jogo on-line em Portugal

- Na sequência dos trabalhos já desenvolvidos, o Governo irá regulamentar o jogo online em Portugal.
- Serão definidos, designadamente, os termos e condições da exploração, prática, fiscalização e repressão de jogos e apostas online, o regime de tributação aplicável e o regime dos ilícitos penais e de mera ordenação social.

Novo modelo de Promoção Externa

- Lançamento do novo modelo de promoção turística externa regional, que passa a integrar as Entidades Regionais de Turismo, dando enfoque à comercialização da oferta turística nacional, ao reforço da participação dos privados e a articulação entre todos os intervenientes no processo.
- Preparação da Agência Nacional de Promoção Turística que entrará em funcionamento em 2015 e agregará, no plano nacional, os principais interlocutores públicos e privados do setor.

Apoio à Comercialização e Vendas

- Apoio às empresas do setor no mercado externo, designadamente à sua função de comercialização e venda, com missões comerciais e presença nas principais feiras do sector, campanhas com operadores turísticos que programem a oferta nacional, e a captação de eventos que contribuam para a promoção internacional do destino.

Relações Internacionais

- Reforço da presença de Portugal nas organizações internacionais relevantes para o sector e da capacidade de captação de investimento estrangeiro turístico.

Reforço das acessibilidades aéreas

- Reforço das acessibilidades aéreas, nomeadamente nas épocas média e baixa, estimulando a procura através do lançamento de novos produtos e de campanhas de promoção e comunicação. Esta medida tem particular impacto nas regiões do Algarve e da Madeira onde a sazonalidade da procura é mais acentuada.

Nova estratégia de comunicação

- Consolidação da comunicação através das plataformas digitais utilizando o novo www.visitportugal.com como âncora do processo e privilegiando toda a publicidade no meio online. Desenvolvimento de uma comunicação mais próxima do turista, interativa e alicerçada em testemunhos de estrangeiros que credibilizem a mensagem.

B. Medidas estratégicas 2014

6. Estabilização da procura interna

Rendimento disponível das famílias em convergência real com os outros Estados Membros da U.E. e um aumento/estabilização do consumo de produtos finais e intermédios com elevada componente nacional

**Estabilização da
confiança dos
consumidores e
redução da incerteza
das famílias**

- Encontram-se já implementadas, ou em fase de implementação medidas que visam a estabilização da procura interna, tais como:
 - Apoio ao rendimento de famílias desempregadas com filhos;
 - Rede de apoio ao consumidor endividado;
 - Actualização anual das pensões mínimas;
- Adicionalmente o Governo pretende concretizar as seguintes medidas:
 - Promoção de sectores com elevada componente nacional na sua produção, reforçando o programa «Portugal Sou Eu» que actualmente já conta com 1.276 produtos com o seu “selo” atribuído, 227 em curso e 881 empresas registadas;
 - Apoio aos sectores com maior desgaste provocado pela evolução recente da economia - em particular ao nível do emprego;
 - Consolidação dos indicadores de confiança dos agentes económicos e dos consumidores;
 - Tendo também em vista a promoção do investimento, da competitividade e da internacionalização das empresas, o Governo considera oportuno adotar um regime fiscal aplicável aos trabalhadores que exerçam funções no estrangeiro por forma a eliminar quaisquer obstáculos de natureza fiscal que possam incidir sobre estes trabalhadores
 - Constituição de Comissão para estudo da reforma do IRS;

B. Medidas estratégicas 2014

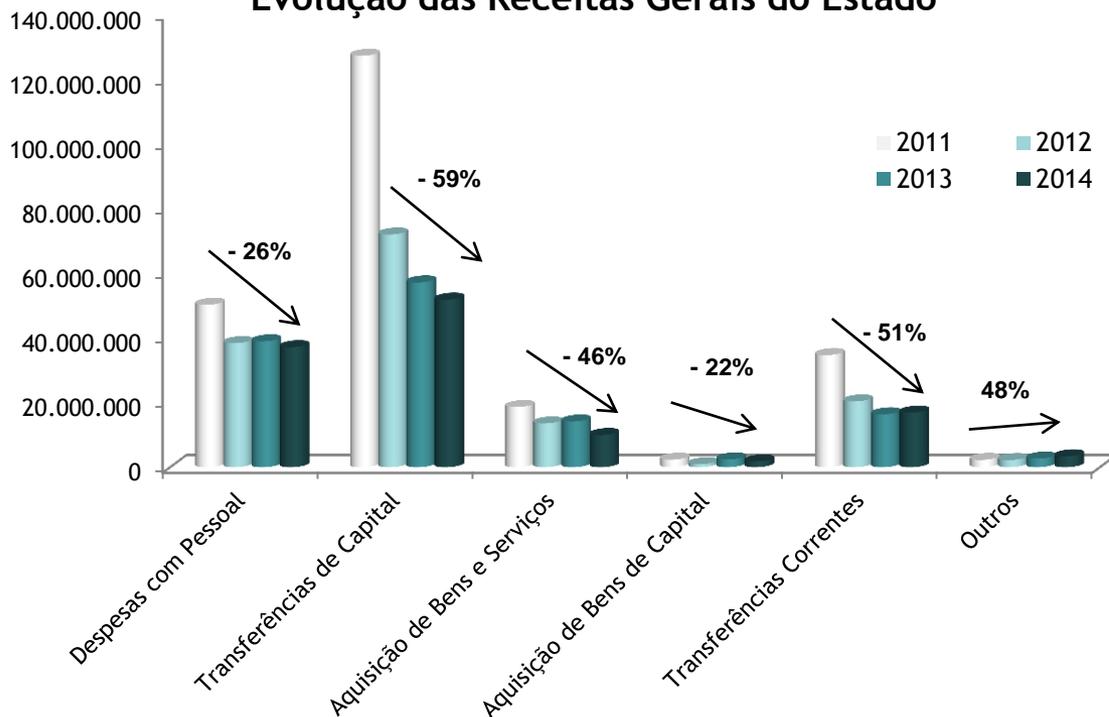
7. Consolidação Orçamental



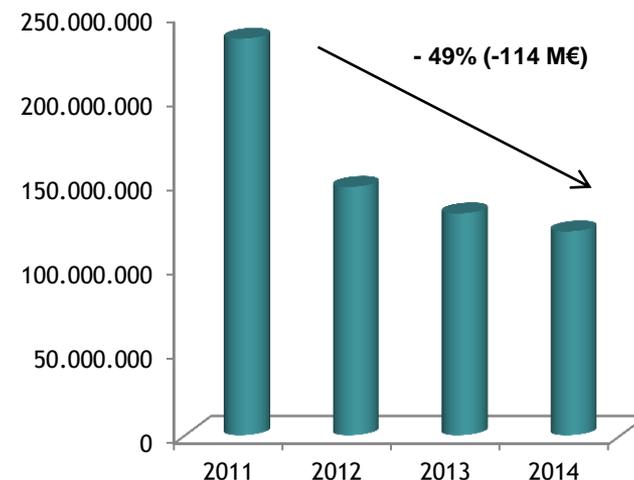
Contribuindo para o objetivo da consolidação orçamental, os Organismos do ME apresentam para 2014 uma redução da despesa em Receitas Gerais, face a 2013, de 8%, e de 49% face a 2011, o que representa uma redução em três anos de 114 M€.

Despesa Organismos

Evolução das Receitas Gerais do Estado



Total Receitas Gerais (€)



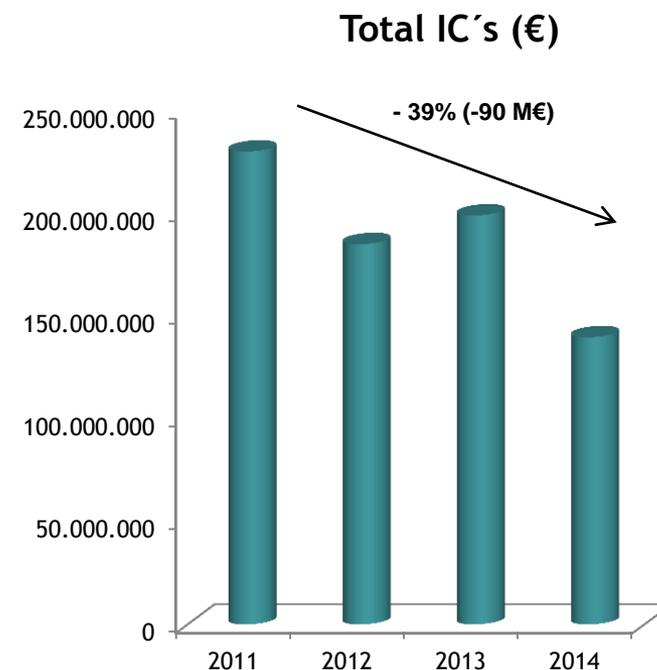
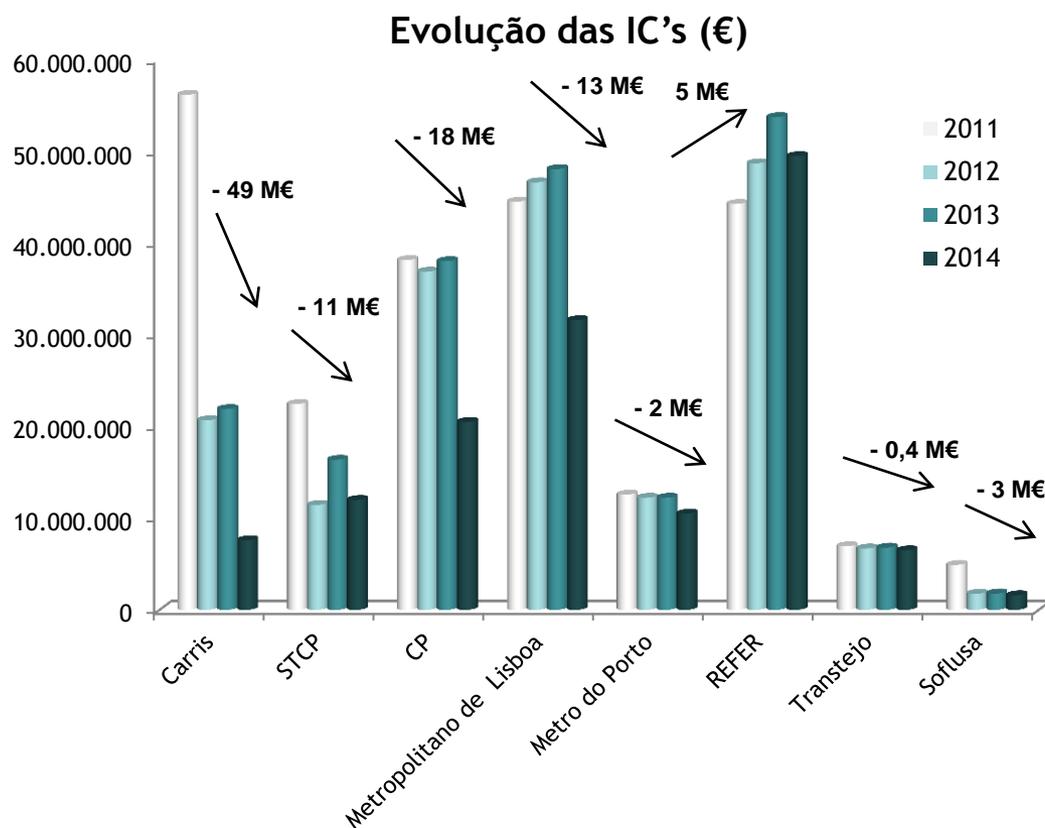
B. Medidas estratégicas 2014

7. Consolidação Orçamental



Em 2014 o ME reduzirá o valor das Indemnizações Compensatórias (IC's) atribuídas ao sector empresarial do Estado na área dos transportes em 59 M€. Comparando com valores de 2011, a poupança situa-se em mais de 90 M€.

Sector Empresarial do Estado



B. Medidas estratégicas 2014

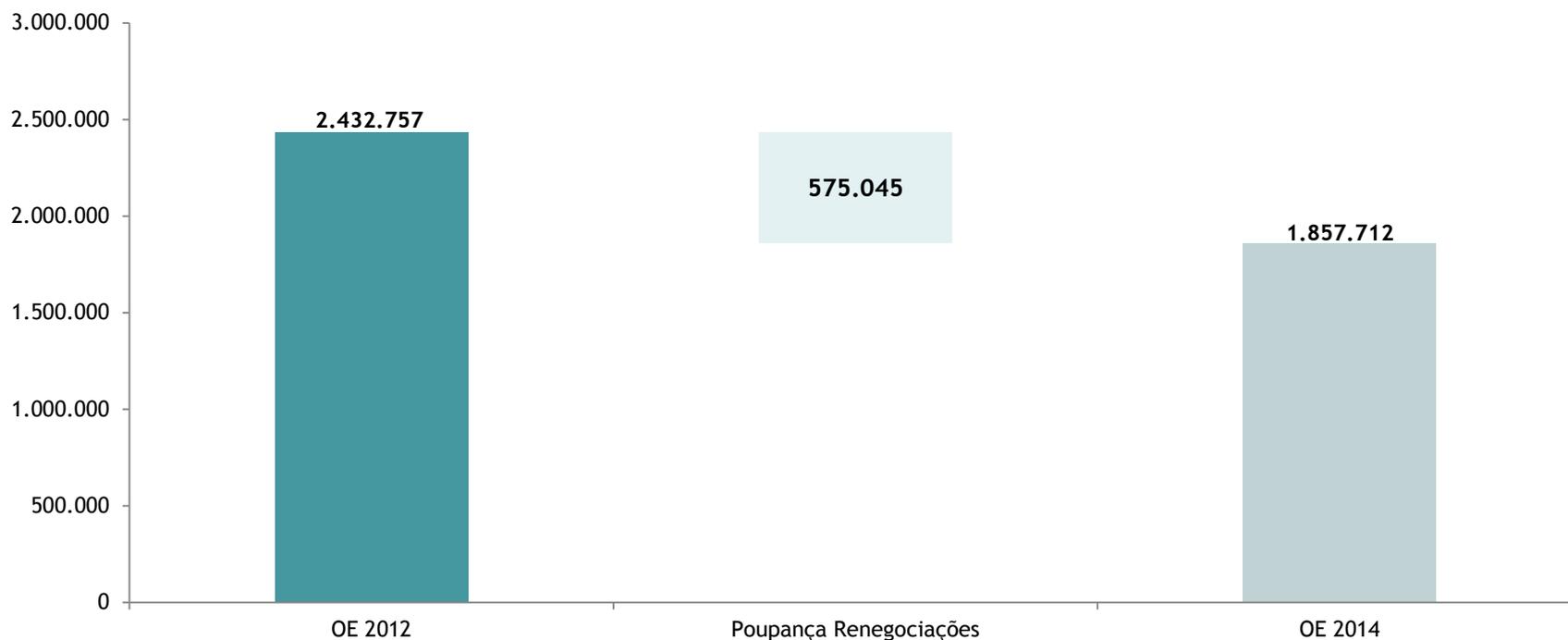
7. Consolidação Orçamental



As poupanças nas Concessões Ex-SCUT, Norte, G. Lisboa e Subconcessões, por via da renegociação dos contratos, permitirão reduzir em cerca de 575 M€ os encargos brutos para o Estado em 2013 e 2014.

Poupança nas PPP rodoviárias 2013 e 2014

Encargos Brutos PPP - 2013 e 2014 (milhares €)



Fonte: EP - Estradas de Portugal

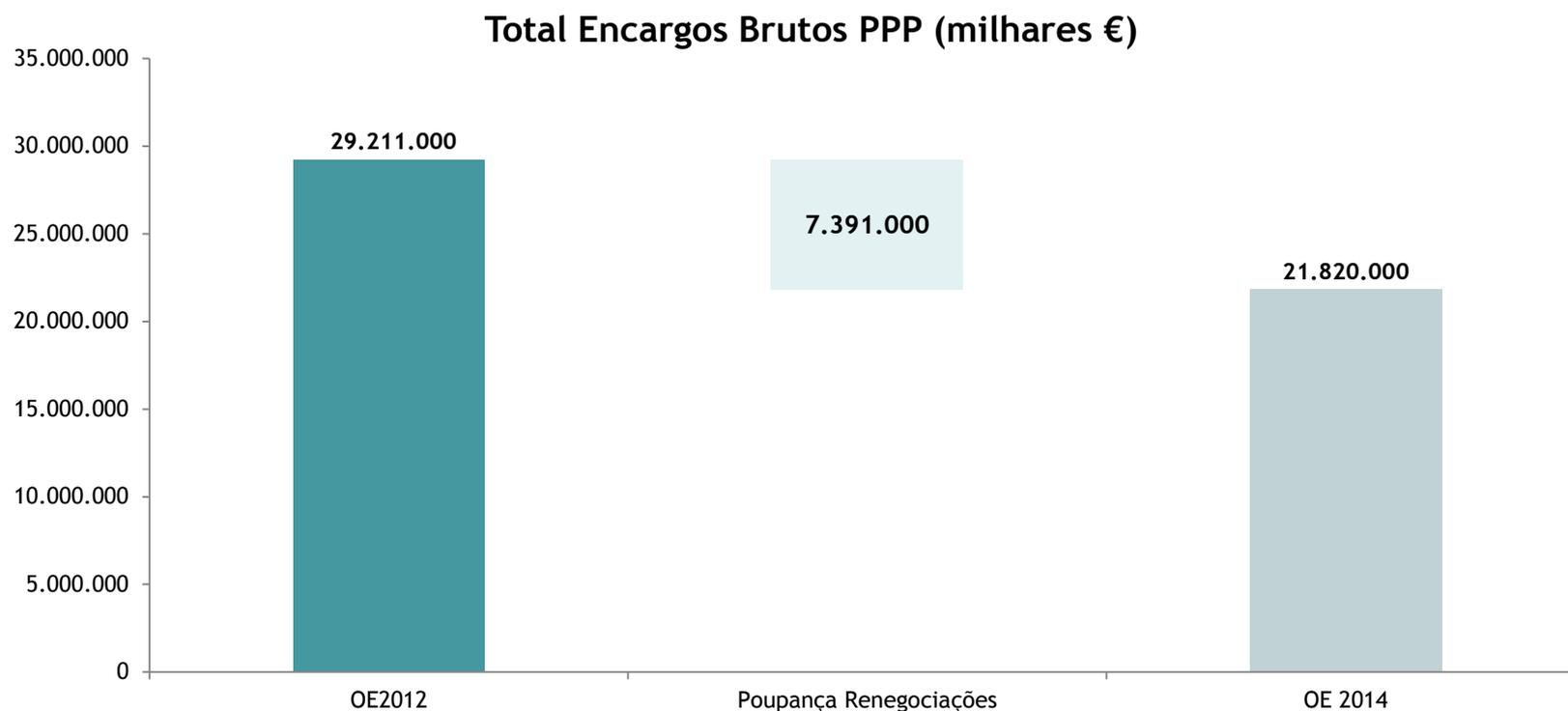
B. Medidas estratégicas 2014

7. Consolidação Orçamental



As poupanças nas Concessões Ex-SCUT, Norte, G. Lisboa e Subconcessões, por via da renegociação dos contratos, permitirão reduzir em cerca de 7.400 M€ os encargos brutos para o Estado até ao final destes contratos.

Poupança nas PPP rodoviárias



Fonte: EP - Estradas de Portugal